



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2022

PROCESSO SEI Nº 0008650-79.2022.6.05.8000

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 27/2022

RECORRENTE: BRASLYNC COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Comprasnet pela empresa **BRASLYNC COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA**, inscrito no CNPJ nº 35.858.504/0001-21, contra a decisão do Pregoeiro Lúcio Roberto de Oliveira que classificou e declarou vencedora a empresa **EXP BUSINESS –SERVIÇOS, COMÉCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA**, para o item nº 2, cujo objeto é para aquisição de fones de ouvido e pen drives .

Alega a recorrente que a empresa **EXP BUSINESS - SERVICOS, COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA**, inscrito no CNPJ nº 40.251.299/0001-71, **DECLARADA VENCEDORA** do certame para o item nº 2- **Fone de Ouvido**- “informou no sistema **MARCA/FABRICANTE: Próprio** e **MODELO: Próprio**, e quando foi convocado, o nobre pregoeiro perguntou ao arrematante qual era o modelo e fabricante do produto ofertado, o licitante se auto titulando fabricante, simplesmente inventou o produto fone de ouvido, depois da fase de lances, criou um produto de improviso, de marca Própria **EXP F - P2**, fazendo um catálogo copiado e colado do termo de referência do edital.

Alega ainda que como “prova disso, que não conseguimos encontrar o produto em websites, e nem tão pouco o site do fabricante, o que caracteriza, que foi montado pelo próprio licitante de improviso, pois essa marca/fabricante é inexistente, o que não possui valor algum como documento, o que impossibilita a área técnica, comprovar a sua real capacidade técnica, o que fere os princípios norteadores das leis de Licitações, sendo que no próprio cartão CNPJ da empresa **EXP BUSINES** não consta o **CNAE de FABRICANTE** de periféricos para equipamentos de informática e nem de outros seguimentos, portanto a empresa **EXP BUSINES**, não tem autorização para ser fabricante de produtos, a empresa é importadora e não fabricante, são coisas bem distintas.

II – ANÁLISE DO RECURSO

DO RECURSO:

Em sede de recurso, suscitou a irresignante, com referência ao mérito da questão, que aqui seguem alguns excertos transcritos *ad litteram*:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

"RECURSO:

AO, ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A), PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA -
TRE/BA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 27/2022
RECURSO
Item 02 - FONE DE OUVIDO

A empresa BRASLYNC COMERCIO ELETRONICO LTDA, inscrito no CNPJ nº 35.858.504/0001-21, qualificada anteriormente, vem respeitosamente, perante vossa, com fulcro no art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, tempestivamente oferecer a presente RECURSO ADMINISTRATIVO. Em face dos recursos administrativos contra a aceitação da proposta da empresa - EXP BUSINESS - SERVICOS, COMÉRCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 40.251.299/0001-71, referente à licitação acima identificada, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos:

Senhores após uma análise mais detalhada, notamos um série de irregularidades na proposta apresentada pelo licitante, primeiramente, o licitante informou no sistema MARCA/FABRICANTE: Próprio e MODELO: Próprio, e quando foi convocado, o nobre pregoeiro perguntou ao arrematante qual era o modelo e fabricante do produto ofertado, o licitante se auto titulando fabricante, simplesmente inventou o produto fone de ouvido, depois da fase de lances, criou um produto de improviso, de marca Própria EXP F - P2, fazendo um catálogo copiado e colado do termo de referência do edital.

Em complemento às razões de sua irresignação, asseverou o recorrente:

prova disso, que, não conseguimos encontrar o produto em websites, e nem tão pouco o site do fabricante, o que caracteriza, que foi montado pelo próprio licitante de improviso, pois essa marca/fabricante é inexistente, o que não possui valor algum como documento, o que impossibilita a área técnica, comprovar a sua real capacidade técnica, o que fere os princípios norteadores das leis de Licitações, sendo que no próprio cartão CNPJ da empresa EXP BUSINES não consta o CNAE de FABRICANTE de periféricos para equipamentos de informática e nem de outros seguimentos, portanto a empresa EXP BUSINES, não tem autorização para ser fabricante de produtos, a empresa é importadora e não fabricante, são coisas bem distintas.

Por derradeiro, arremata a recorrente:

18. No âmbito dos procedimentos licitatórios, o desrespeito às condições estabelecidas no instrumento editalício e seus correlatos acaba por consubstanciar golpe fatal à máxima princípio lógica da vinculação ao instrumento convocatório, que, consoante da douda lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro :

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei n.º 8.666/93m ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. (...)
"19.

Destarte, o Recorrido deve ser desclassificado e inabilitado, porquanto não cumpriu com as regras do jogo!

Ao final, requer:

III – DOS PEDIDOS.

Ante as razões expostas supra, a Recorrente roga que Vossa Senhoria reconsidere o decisum, de forma a proceder, por via de consequência, à desclassificação e inabilitação do licitante EXP BUSINESS – SERVIÇOS, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA para o item 02, de forma que Vossa Senhoria proceda, consequente e subsequentemente, ao chamamento do ranking de classificação para o item 02.

Se assim, não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Aberto o prazo de três dias úteis para apresentação das contrarrazões, o licitante vencedor do item nº 2, não obstante as gravíssimas acusações levantadas por parte da irresignante, quedou-se inerte, deixando transcorrer *in albis* o prazo, que se encerrou em 02/08/2022, para apresentação de sua defesa e a oportunidade para rechaçar as razões da recorrente.

DOS FUNDAMENTOS E DO DIREITO

IV - DOS FATOS

No dia 12 de julho de 2022, após a análise e MANIFESTAÇÃO favorável por parte da unidade demandante (SEGEA) no que concerne à aceitação do produto ofertado para o item nº 2, doc sei nº 2032514, com base em informações constantes em folder enviado pela empresa EXP BUSINESS - SERVICOS, COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA, consoante doc. SEI nº2032506, bem como com arrimo na firme declaração da licitante de que o produto ofertado atendia às especificações previstas em edital, este pregoeiro procedeu à aceitação do produto ofertado pela licitante, para o item nº 2, conforme Ata do Pregão Eletrônico nº27/2022, à página 39, constante no doc sei nº 2019573.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Em 25 de julho de 2022, verificado o atendimento a todas as condições de habilitação, a empresa foi habilitada por este pregoeiro para o item nº 2- Fone de Ouvido-Cota Reservada.

Declarada por este pregoeiro a empresa vencedora para o item nº 2, apresentou em momento oportuno intenção recursal a empresa BRASLYNC COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA, inscrito no CNPJ nº 35.858.504/0001-21, doc sei nº 2019571, e, posteriormente e, de modo tempestivo, suas razões recursais, conforme doc SEI nº2025697.

V- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dos Fundamentos da Decisão do Pregoeiro.

Examinando as razões do recurso e as alegações da empresa irresignada, procedemos à pesquisa nos sites da internet e também não conseguimos encontrar esse produto em websites e identificar o fabricante do produto. Nossa decisão de aceitação do produto ofertado para o item nº2 deu-se com espeque na manifestação favorável da unidade demandante e na manifestação da licitante no chat, conforme mensagens, no chat, em 12/07/2022, extraídas da Ata do referido pregão, à folha 39: Mensagem do pregoeiro ao licitante: Para EXP BUSINESS - SERVICOS, COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA - Senhor licitante, não obstante a manifestação favorável da área técnica da unidade demandante, sua empresa CONFIRMA que o produto ofertado para o item nº 2- FONE DE OUVIDO - ATENDE A TODAS AS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS EM EDITAL, CONFORME CONSTA no termo de Referência - ITEM 2- FONE DE OUVIDO - ANEXO A -Especificações- DO EDITAL? Resposta do Licitante: Sim, senhor Pregoeiro. O produto atende todas as especificações previstas em edital conforme consta no termo de referência.

Sendo assim, restou comprovado que todos os critérios da fase de aceitação da proposta foram observados pelo pregoeiro durante todas as fases do pregão, mormente na fase de aceitabilidade da proposta, visto que foram seguidos todos os critérios objetivos de compatibilidade com as especificações técnicas e com o valor global estimado. Além do mais, fuge ao controle deste pregoeiro, homem médio, averiguar, investigar e identificar se o licitante apresentou produto falso ou declarou produto inexistente. De fato, o licitante não mencionou, quando da apresentação de sua proposta para o item nº2- Fone de Ouvido- a marca e o modelo do produto, o que, diante disso, esse pregoeiro, com fulcro nas condições 4.2.1. e 4.2.1.1. do edital, inquiriu o licitante, que assim se manifestou, em 27/06/2022, página 27 da Ata do Pregão:” Senhor pregoeiro, trata-se de um produto importado diretamente pela nossa empresa, portanto vendemos com a nossa marca "EXP". Marca EXP(própria), modelo F-P2.

Quanto às alegações da irresignante de que a empresa EXP BUSINESS - SERVICOS, COMÉRCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA não possui CNAE específico de fabricante, referida informação fora confirmada por este Pregoeiro ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

cotejar o cartão CNPJ, Relatório SICAF-Nível de Credenciamento e contrato social, e de fato não consta que a empresa EXP BUSINESS possui CNAE de FABRICANTE de periféricos para equipamentos de informática e nem de outros seguimentos similares. Na verdade, a empresa EXP BUSINESS-SERVICOS, COMÉRCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA não dispõe de autorização para ser fabricante de produtos, já que conforme consta nos documentos, nos quais constam os CNAES principal e secundários da empresa, anexados no doc SEI CONSULTA nº2032855, a empresa é importadora, e não fabricante de produto. Assim, restou comprovado que no produto ofertado pela licitante para o item nº 2 não consta a marca desse produto, deixando de atender com isso ao quanto prescrito na condição 4.2.1. do edital: "A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I deste Edital, bem como a marca/modelo do produto.

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os documentos com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado.

Por fim, entendemos, diante de tudo o quanto acima fundamentado, que não restou nenhuma dúvida quanto à lisura deste procedimento licitatório, restando, sim, comprovado que referido certame fora realizado, durante todas as suas fases, em pleno atendimento aos princípios basilares que devem sempre nortear as licitações públicas, mormente os consagrados princípios da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Igualdade, Publicidade, Economicidade e Eficiência, Probidade Administrativa, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento .

Impende ressaltar, por oportuno, que a decisão do pregoeiro de proceder à aceitação do produto ofertado pela empresa EXP BUSINESS-SERVICOS, COMÉRCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA, para o item nº 2, fora realizada com espede nas informações do folder enviado pela licitante, doc SEI nº 2032506, da expressa manifestação favorável do chefe da unidade demandante, doc SEI nº2032514, e na firme resposta do licitante, conforme se atesta, em mensagem no chat, à página 39 da Ata do Pregão: "Sim, senhor Pregoeiro. O produto atende todas as especificações previstas em edital conforme consta no termo de referência".

Assim, diante desse arcabouço de informações, naquele momento não restava outra alternativa a este pregoeiro senão proceder à aceitação da proposta do produto ofertado pela licitante recorrida, para o item nº 2.

VI - DA CONCLUSÃO

Destarte, diante de tudo que fora dito, e fazendo um novo juízo de valor, em nosso humilde entendimento, opinamos pelo acolhimento do Recurso interposto pela empresa BRASLYNC COMERCIO ELETRONICO LTDA, inscrito no CNPJ nº 35.858.504/0001-21, manifestando-nos favoravelmente com todos os argumentos ali elencados, devendo ser desclassificada do certame a proposta da empresa EXP BUSINESS-SERVICOS, COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA, para o item 2, por não atender às especificações previstas em edital.

VII- DA DECISÃO DO PREGOEIRO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Posto isso, diante de tudo o quanto exposto, bem como diante do teor do quanto contido nas razões recursais, que trouxe fatos novos, pós-habilitação, e com esboço nos princípios basilares da licitação pública, decido por admitir o presente recurso, para no mérito julgá-lo **PROCEDENTE**, sendo favorável a desclassificação da proposta ofertada e **INABILITAÇÃO** da empresa recorrida e com consequente reversão de minha decisão que procedeu à habilitação da empresa EXP BUSINESS-SERVICOS, COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PERSONALIZADOS LTDA, para o item nº 2, do referido certame e, por consequência, retorno à fase de julgamento/aceitação das propostas para o item 2, com a convocação das demais licitantes, na ordem de classificação, e, conforme previsão 12.8 do Edital, faço subir o presente processo à Administração Superior para sua apreciação.

Salvador (BA), 04 de agosto de 2022.

Lúcio Roberto de Oliveira
Pregoeiro